

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

ANNA LAURA LARA PAULA RODRIGUES

**DA CRISE DA DÍVIDA (1980-84) À CRISE DO *SUBPRIME* (2008-2014):
CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA**

Varginha/MG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

**DA CRISE DA DÍVIDA (1980-84) À CRISE DO *SUBPRIME* (2008-2014):
CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado
Gambi

Varginha/MG

2022

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ANOS 1980.....	2
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRISE DO SUBPRIME.....	6
4. COMPARAÇÃO DE INDICADORES MACROECONÔMICOS DOS ANOS 1980-1984 E 2008-2014.....	9
4.1 Análise do período entre 1980-1984	9
4.2 Análise do período entre 2008-2014	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6. REFERÊNCIAS.....	18

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar e comparar o comportamento da economia brasileira depois da crise da dívida dos anos 1980 e da crise *Subprime* de 2008. Para comparar as duas crises, analisamos indicadores econômicos do período 1980-1984 e o período 2008-2014. O trabalho pode ser justificado por tratar de grandes crises econômicas que afetaram a economia mundial e o Brasil. As conclusões apresentadas neste trabalho são de que ambas as crises impactaram a economia brasileira, mas com intensidades muito distintas. A crise dos anos 1980 foi muito agressiva no Brasil, provocando queda do PIB e aumento significativo da inflação e da dívida externa do país. Já a crise *Subprime* não provocou impactos significativos no ano de 2008, mas provocou queda do PIB no ano de 2009, tendo sido neutralizada a partir de então pelas políticas macroeconômicas adotadas pelo Banco Central e governo federal, que reagiram com rapidez ao cenário de crise internacional, de forma que foram criadas ferramentas que amenizaram e até mesmo não deixaram com que a crise *Subprime* implicasse em recessão econômica no país.

Palavras-chave: Crise da dívida; década perdida; Crise *Subprime*.

ABSTRACT

The main objective of this work is to compare how the Brazilian economy went through the crisis of the two years of 1980 and the *Subprime* crisis of 2008. To establish an understanding between these two crises, we analyze the period 1980-1984 and the period 2008-2014, I mean regarding the comparison of macroeconomic indicators. Or the work can be justified by dealing with major economic crises that affected the world economy and/or Brazil. The conclusions presented in this work are that both crises will impact the Brazilian economy, but in very different intensities. The crisis in the 1980s was very aggressive in Brazil, causing a drop in GDP and a significant increase in inflation and the country's external gap. The *Subprime* crisis did not cause significant impacts in 2008, but it caused the GDP in 2009 to have been neutralized since then by the macroeconomic policies adopted by the Central Bank and the Federal Government, which reacted quickly to the international situation. crisis scenario, so that instruments were created that encouraged and even involved the *Subprime* crisis in the country's economic recession.

Keywords: debt crisis; lost decade; *Subprime* crisis.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender o comportamento da economia brasileira depois da crise da dívida (1980-1984) e da crise do *Subprime* de (2008-2014), por meio do estudo de indicadores macroeconômicos selecionados.

Na década de 1980, o cenário econômico conturbado vivenciado pelo Brasil deveu-se, em grande medida, às crises do petróleo de 1973 e 1979, e ao esgotamento do modelo de crescimento econômico adotado até então, baseado no processo de substituição de importações, que fora financiado por meio de empréstimos externos (MARTINS, 2016; RODRIGUES, 2011; PEREIRA, 2004).

Sendo assim, com a crise de 1979, os países desenvolvidos entraram em uma grave crise econômica que afetou diretamente os países latino-americanos, dentre eles, o Brasil. As exportações brasileiras caíram no período devido à crise internacional. Além disso, os juros internacionais subiram devido ao cenário de instabilidade e, como a dívida externa havia sido contraída a juros flutuantes, ela aumentou significativamente a partir de então.

Depois de altas taxas de crescimento nos anos 1970, o PIB brasileiro iniciou em queda a década de 1980, caindo 13% entre 1980 e 1983. Além do aumento dos juros internacionais, a moratória mexicana em 1982 resultou em uma diminuição ainda maior de fluxos de capital para o Brasil, uma vez que os investidores ficaram receosos de que o país fizesse o mesmo. Dessa maneira, ao longo da década de 1980, o Brasil vivenciou o aumento contínuo da inflação, a queda do PIB e o aumento da dívida externa, além de ter realizado, durante essa década, vários planos econômicos que visavam controlar a inflação, mas que acabaram fracassando (CAVALCANTE, 2016).

Pode-se dizer que a crise do *Subprime* começou em meados de 2007 nos Estados Unidos (EUA) e foi gerada no setor de hipotecas, de maneira que tomou grandes proporções que levaram alguns bancos privados à falência, dentre eles, o Lehman Brothers (FARHI, 2009), um importante banco de investimento. De fato, ela foi uma crise bancária, baseada principalmente na falta de confiança nos bancos e no mercado.

A crise foi causada, principalmente, pela concessão de empréstimos hipotecários para indivíduos insolventes (PEREIRA, 2009; LIMA; DEUS, 2013). Uma vez que houve a liberalização e desregulamentação financeira a partir de 1990 e o desenvolvimento da internet, todo o sistema financeiro mundial passou a se tornar interligado com o restante do mundo. Sendo assim, logo que a crise começou nos EUA, ela se espalhou e atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil.

A crise financeira internacional atingiu o país gerando uma desvalorização cambial de mais de 30%, o que provocou efeitos desestabilizadores sobre a economia brasileira, tendo sido o ano de 2009 o mais impactado pela crise internacional. A partir de então, devido às respostas emitidas pelo Brasil em relação à crise, principalmente por meio de políticas de expansão dos gastos do governo, isenção de impostos e redução da Taxa Selic, o país logo apresentou recuperação econômica, não tendo sido impactado de forma significativa e nem mesmo prolongada pela crise de 2008 (OREIRO; BASILIO, 2009).

Com isso, as medidas de estímulo à economia brasileira logo fizeram com que a confiança no país fosse recuperada e os capitais que haviam fugido no início da crise retornaram ao país. Sendo assim, as medidas econômicas adotadas pelo Brasil impactaram positivamente no cenário econômico e auxiliaram na recuperação mais rápida do Brasil, em relação aos países desenvolvidos (OREIRO; BASILIO, 2009; LIMA E DEUS, 2013).

Diante disso, este trabalho apresenta alguns dados que procuram mostrar mais detalhadamente o impacto das duas crises no Brasil e, em seguida, busca compará-las. Para isso, está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A seção 2 trata brevemente da contextualização histórica dos anos 1980; a seção 3 faz o mesmo para a crise *Subprime* nos anos 2000. Na seção 4, temos a comparação entre os indicadores macroeconômicos nos anos de 1980-1984 e 2008-2014. Por fim, na quinta seção, estão as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS ANOS 1980

Durante os anos 1970, o Brasil desenvolveu-se economicamente baseado no processo de substituição de importações, no qual os projetos foram executados, em boa medida, pelo Estado e financiados por empréstimos contraídos no exterior a juros flutuantes. Nesse período, a economia cresceu em torno de 8% ao ano. O período entre 1974 e 1984 é caracterizado pela transição do modelo de crescimento vigente até então, em que o crescimento econômico fora baseado no processo de substituição de importações, financiado externamente e executado pelo Estado. Durante os anos 1970, a economia brasileira passou por um significativo crescimento econômico, em torno de 6,7% ao ano, alterando sua estrutura produtiva de forma significativa, tendo apresentado grande reversão neste cenário a partir de 1979 (HERMANN, 2011).

Ainda em 1973, com o primeiro choque do petróleo, o Brasil não deixou de investir no desenvolvimento da indústria nacional, mesmo com o corte de boa parte dos empréstimos externos. Pelo contrário, o país adotou uma política de crescimento a partir do ano de 1974, ignorando a crise que ocorria no exterior e que o afetava. Dessa forma, a inflação começou a

acelerar e a dívida externa cresceu de forma significativa. Já em 1979, com o agravamento da crise externa devido ao segundo choque do petróleo, os preços internacionais do produto elevaram-se significativamente, o que prejudicou ainda mais a economia brasileira. Além disso, com o aumento dos juros internacionais para tentar conter o aumento da inflação nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA, o endividamento externo brasileiro foi agravado, uma vez que a dívida externa havia sido contraída a juros flutuantes. Dessa forma, o Brasil tornou-se incapaz de honrar o pagamento de sua dívida externa (HERMANN, 2011; RODRIGUES, 2011; MARTINS, 2016).

No início do governo Figueiredo, entre 1979 e 1980, o Brasil cresceu a taxas de 8% ao ano. Tendo apresentado forte reversão entre os anos 1981 e 1983, que foram marcados por graves desequilíbrios, que culminaram no aumento ainda mais significativo da inflação e em desequilíbrios no âmbito fiscal (HERMANN, 2011).

Diante da instabilidade econômica gerada pelas crises do petróleo, também afetado pelo aumento dos juros internacionais, o México declarou moratória da dívida externa em 1982. A moratória mexicana também afetou o Brasil com a interrupção do financiamento externo aos países latino-americanos por receio de que outros países também declarassem moratória. Frente à reversão do crédito, o Brasil se viu obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional para conseguir financiamento externo (HERMANN 2011; RODRIGUES, 2011)

Rodrigues (2011) distinguiu o período entre 1979 e 1984 em três fases distintas, em que notamos altas taxas de crescimento do PIB entre 1979 e 1980, como reflexo das políticas desenvolvimentistas adotadas durante os anos 1970 e ao aumento no preço das commodities, que ocorreu em concomitância com um aumento de produção agrícola. Já entre 1981 e 1983, o país apresentou recessão econômica, como consequência do ajuste recessivo imposto pelo FMI; do aumento dos juros internacionais, que implicaram em aumento na dívida externa; da queda das exportações brasileiras e da declaração de moratória mexicana, que implicou em diminuição dos fluxos de capital para o Brasil.

Como resultado das imposições do FMI, em 1982, o PIB cresceu 0,5% e a inflação atingiu a casa dos três dígitos. Já no ano de 1983, o PIB apresentou queda de 3,5% e a inflação apresentou aumento de 211% (RODRIGUES, 2011). Uma vez que a economia mundial começou a se recuperar em 1984, o Brasil também apresentou leve recuperação, devido principalmente ao aumento de suas exportações. Cabe ressaltar que, apesar da pequena recuperação do PIB em 1984, ela não foi suficiente para que a década de 1980 deixasse de ser reconhecida como “década perdida” (HERMANN, 2011).

Durante os anos 1980, uma crise econômica sem precedentes provocou a diminuição do mercado de trabalho formal, em que muitas pessoas perderam seus empregos e, por isso, o país apresentou um aumento da taxa de desemprego durante esta década juntamente com uma elevação significativa do mercado de trabalho informal (ORNETTO et al., 1995; PEREIRA, 2004).

As dificuldades enfrentadas pelo Brasil nos anos 1980 devem-se, em grande medida, às políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos anteriores, principalmente durante a década de 1970 para Pereira (2004) e Martins (2016). Somado a isso, os problemas gerados na economia brasileira a partir das crises do petróleo de 1973 e 1979, culminaram na chamada crise da dívida e foram enfrentados ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990. Portanto, as consequências da crise dos anos 1980 foram arrastadas pelos anos seguintes, tendo sido em grande medida solucionados quando Plano Real foi implantado, com a resolução do problema da alta inflação no Brasil (PEREIRA, 2004; MARTINS, 2016).

Desta forma, o período de grande crescimento econômico vivenciado pelo Brasil nos anos 1970 só perdurou enquanto o cenário externo era favorável. De maneira que, com a ocorrência do primeiro choque do petróleo, a economia mundial fora desestabilizada e, com isso, o Brasil sofreu as consequências que impactaram diretamente na diminuição das taxas de crescimento anuais. Agravando a situação, o segundo choque ocorrido em 1979, contribuiu para a diminuição das exportações brasileiras e o aumento dos juros internacionais fez com que a dívida brasileira se tornasse maior e ainda mais cara (MARTINS, 2016).

A dívida bruta aumentou mais de 600% entre os anos de 1973 e 1984 e a inflação passou da casa de dois para três dígitos, ao passo que a renda real permaneceu sem alterações. Portanto, esses indicadores evidenciam o porquê da década de 1980 ter sido reconhecida como “década perdida”. Além disso, os desequilíbrios gerados iniciaram um longo período de estagnação na economia brasileira, que durou até a metade da década de 1990 (HERMANN, 2011; RODRIGUES, 2011).

Além das questões já citadas, inúmeros fatores que culminaram na chamada "década perdida", entre eles a visão de crescer a qualquer custo, que fora tomada na década anterior, principalmente por Geisel. De maneira, que não aceitando a recessão, o governo acentuou a crise, diante da emissão de mais moeda, que gerou mais inflação ao país. Além disso, o aumento da vulnerabilidade da economia brasileira durante os anos 1980 também implicou no aumento da inflação (RODRIGUES, 2011; MARTINS, 2016).

Cabe ressaltar que, na década de 1970 a inflação era de 100% ao ano, ao passo que entre 1981-1983 passou a ser de 200% ao ano. Durante o primeiro choque do petróleo, entre 1973 e 1974, a inflação duplicou, passando de 15.5% ao ano para 34.6% ao ano. O mesmo ocorreu entre 1978 e 1979, durante o segundo choque do petróleo, em que ela passou de 40.8% ao ano para 77,2% ao ano (RODRIGUES, 2011).

No ano de 1982, o Brasil vivenciou outro choque externo, sendo ele a Moratória decretada pelo México, fato que fez com que os recursos externos enviados à países latino-americanos fossem interrompidos, fato que obrigou o país a recorrer ao auxílio do FMI. O programa formulado pelo FMI exigia que o país implementasse um aperto fiscal, para tentar controlar a inflação. No entanto, esse ajuste fez com que o PIB crescesse apenas 0,5% no ano de 1982 e queda de 3,5% no ano de 1983, além de ter implicado em desvalorização da moeda nacional. Assim, os ajustes fiscais implementados pelo FMI, associados à falta de credibilidade do governo e a instabilidade de seguir as regras e planos econômicos estabelecidos durante o ano de 1982, acabam por auxiliar no aumento da inflação nos anos subsequentes, em que podemos citar o exemplo que a inflação passou de 99,7% ao ano em 1982 para 211% já em 1983, apresentando aceleração ainda maior, nos anos de 1984 e 1985 (RODRIGUES, 2011).

O cenário é revertido parcialmente em 1986, quando a inflação apresentou significativa queda devido à realização do plano Cruzado, chegando a 65% ao ano, que além de outras medidas, utilizou principalmente o congelamento de preços para reduzir a inflação. No entanto, o plano deixou de existir de forma rápida devido as pressões relacionadas ao congelamento de preços e, com isso, a inflação atinge patamares elevados, sendo de 415,8% ao ano em 1987, mais que dobrando no ano de 1988, com inflação anual de 1037,6% até apresentar em 1989, inflação de 1782,9% ao ano (RODRIGUES, 2011).

Cavalcante (2016) destaca, no entanto, que durante a década de 1980 houve avanços. O Brasil avançou muito no que diz respeito aos movimentos sociais que contribuíram para uma liberdade de expressão, evidenciando a importância desta década para a transição para o regime democrático. Portanto, avanços políticos foram obtidos, mas os problemas econômicos aumentaram durante a década, uma vez que houve a explosão da dívida externa e do aumento da inflação. Apesar disso, a transição da ditadura militar para a democracia seguiu seu curso (CAVALCANTE, 2016).

O mesmo é ressaltado por Ornetto et al., (1995). Os autores ressaltam que, apesar da economia brasileira ter sofrido uma profunda crise econômica nos anos 1980, com aumento da desigualdade de renda e da inflação, e queda do PIB, é importante destacar que alguns indicadores sociais apresentaram progressos relevantes.

É fato que, ao fim da década de 1980, os níveis de pobreza haviam se acentuado juntamente com os níveis de desigualdade, mas não foram capazes de impedir que alguns indicadores sociais deixassem de apresentar saldos positivos no período. Indicadores como mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer apresentaram notáveis avanços durante a década de 1980, uma vez que a mortalidade infantil passou de 58,1 nascidos mortos a cada 1.000 nascidos em 1985, para 45 nascidos mortos a cada 1000 nascidos em 1989 e a esperança de vida ao nascer esteve em torno de 60 nascidos vivos a cada 1000 nascidos, na década de 1980, quando comparada no início da década de 1970 esteve em torno de 50 nascidos vivos a cada 1000 habitantes. Portanto, reconhecer a década de 1980 como década perdida, deve ser algo para ser dito com cautela, ao passo que relevantes indicadores sociais apresentaram melhora durante o período (ORNETTO *et al.*, 1995).

Em síntese, após as crises do petróleo de 1973 e 1979, a economia brasileira passou a vivenciar um cenário de instabilidade econômica. Atrrelado a isso, o modelo de crescimento econômico adotado pelo país até então, baseado no processo de substituição de importações, esgotou-se com a crise mundial geral gerada pelas crises do petróleo em função de que os recursos que financiavam o desenvolvimento brasileiro foram interrompidos. Desta maneira, o país entrou na década de 1980 apresentando uma elevação da inflação, associada a um aumento da dívida externa e queda do PIB (HERMANN, 2011; RODRIGUES, 2011).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRISE DO SUBPRIME

A liberalização financeira, que corresponde à desregulamentação do setor bancário, ocorreu simultaneamente ao aumento da mobilidade de capitais entre os países. Essa desregulamentação foi adotada a partir de 1990, de maneira que, junto com o avanço da internet, aprofundou a integração do mercado financeiro global. Com isso, diante da liberalização, os EUA se viram prejudicados, pois com taxa de juros baixa e aumento da competitividade entre as instituições financeiras, o mercado financeiro estaria mais competitivo. Uma opção rentável de investimentos às instituições financeiras do país seria explorar seu mercado imobiliário (LIMA; DEUS, 2013).

Para atrair novos investidores, os bancos americanos ampliaram o acesso à compra de imóveis através da realização de empréstimos hipotecários até mesmo para pessoas que não tinham comprovação de que seriam capazes de pagá-los. Nesse modelo, a garantia de pagamento dos compradores era a própria casa hipotecada. Isso expandiu muito o mercado imobiliário dentro dos EUA e deu origem ao termo crise do *Subprime*.

No início do empréstimo as taxas de juros eram muito baixas, mas subiam com o tempo, pois eram variáveis. O problema surgiu quando, com o aumento das taxas de juros, muitas pessoas que haviam contraído o empréstimo começaram a não ter condições de pagar esses juros e logo os investidores começaram a perceber o que estava acontecendo e começaram a tentar vender seus títulos, mas não encontraram liquidez suficiente, ou seja, não conseguiram vender ou não encontraram o preço que estavam dispostos a vender, justamente porque os *subprimes* eram títulos que perderam o valor, e foi chamado dessa forma porque foi contraído por pessoas sem condições de pagar como consequência uma oferta de títulos maior do que a demanda, os preços caíram muito.

Surgiu assim a crise do *Subprime*, que começou em meados de 2007 nos EUA e foi gerada no setor de hipotecas de alto risco, tomando proporções tão grandes que levaram a falência do banco Lehman Brothers e, posteriormente, afetou todo o mundo (FARHI, 2009). Essa crise constituiu-se em uma crise bancária, baseada principalmente pela falta de confiança nos bancos e no mercado. Produtos e derivativos de crédito haviam sido lastreados em crédito imobiliário, de maneira que, quando a falta de confiança atingiu os credores, gerou uma grande crise financeira (PEREIRA, 2009; LIMA e DEUS; 2013; FARHI, 2009).

Sendo assim, mediante a globalização que permitiu que todo o sistema financeiro mundial se tornasse interligado, a crise *Subprime* atingiu o mundo todo de forma rápida. Todos os países foram atingidos porque a moeda americana era, e ainda é, a chave do sistema financeiro internacional. Além disso, com a crise, o dólar perdeu liquidez, o preço dos títulos caiu e bancos americanos faliram, o que resultou em um cenário de desconfiança, se tornando a base da crise (LIMA e DEUS, 2013).

A crise financeira internacional também atingiu o Brasil gerando uma desvalorização cambial de mais de 30%, consequência do câmbio flutuante, de maneira que a rápida e desordenada desvalorização do câmbio que foi implementada, provocou efeitos desestabilizadores sobre a economia brasileira, afetando diversas empresas do setor produtivo, como as exportadoras, que sofreram com a desvalorização real (OREIRO; BASILIO, 2009). A crise reduziu imediatamente a liquidez internacional e as linhas de crédito tornaram-se escassas. O real se desvalorizou 22,5% entre 15/09/2008 e 15/10/2008, além disso as exportações caíram e setores como construção civil, automóveis, agricultura e eletrodomésticos sentiram a forte queda nas vendas (LIMA e DEUS, 2013).

No entanto, a crise financeira internacional atingiu o Brasil em um momento favorável, já que o país vinha crescendo a seis trimestres seguidos. Nesse momento, o crédito bancário tinha papel essencial para o crescimento da economia, na medida em que financiava a expansão

de novos investimentos. No entanto, o crédito foi reduzido com o início da crise (LIMA e DEUS, 2013).

Com a redução do crédito, a demanda interna caiu. A partir de agosto de 2008, a crise financeira mundial aprofundou-se, e juntamente com a escassez de crédito, houve uma fuga de capitais no Brasil, que provocou na desvalorização da moeda nacional e a desaceleração da atividade econômica no país em fins de 2008. A fuga de capitais pode ser atribuída à queda da Taxa Selic implementada pelo Banco Central brasileiro, como mecanismo de defesa em relação a crise internacional (LIMA e DEUS, 2013; ANNIBAL *et al.*, 2009), no entanto, apresentaremos melhor essa discussão mais adiante.

No entanto, se por um lado, houve fuga de capitais em função da queda da Taxa Selic, por outro, o Banco Central utilizou algumas ferramentas como: a expansão da liquidez e políticas macroeconômicas expansionistas. Além disso, o país ampliou a oferta de empréstimos para os agentes financeiros através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que teve papel fundamental na geração de liquidez. Entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos ofertaram 33% a mais de crédito em relação aos bancos privados. Sendo assim, as políticas macroeconômicas se destacaram no caso brasileiro, como ferramentas de defesa contra a crise internacional (LIMA e DEUS, 2013).

A redução da Taxa Selic associada ao aumento de gastos do governo realizado, incentivou o aumento do consumo, fato que auxiliou na melhora do nível de atividade econômica. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi reduzido sobre itens da linha branca, como geladeiras, fogões, lavadoras e tanquinhos. No setor automobilístico, houve a isenção de IPI e IOF. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros, foram responsáveis por promover obras de infraestrutura, através de investimentos significativos que contribuíram para bons resultados que foram mantidos até os anos de 2011 e 2012. Todas essas medidas visavam auxiliar na retomada do nível de atividade econômica do país através do aumento do consumo das famílias (LIMA e DEUS, 2013).

Desta forma, mediante as respostas emitidas pelo Brasil em relação à crise internacional que impactava o país, podemos perceber que até meados de 2008 houve uma tendência de redução do capital estrangeiro, principalmente devido à fuga de capitais do país. Mas o Brasil se recuperou de forma rápida a partir de 2009, de maneira que os capitais estrangeiros retornaram ao país. A confiança foi recuperada, a inflação se manteve controlada, a dívida externa era negativa, a relação dívida/PIB era estável e houve crescimento econômico nos anos posteriores à crise *Subprime* (LIMA e DEUS, 2013; ANNIBAL *et al.*, 2009).

Portanto, notamos que à época a economia brasileira não estava imune contra a crise internacional, no entanto, as medidas econômicas adotadas de forma rápida pelo Governo Brasileiro impactaram positivamente no cenário econômico, auxiliando o país a se recuperar de maneira mais rápida, do que quando comparado a outros países (OREIRO e BASILIO, 2009; LIMA e DEUS, 2013). As expansões de crédito e redução dos tributos às empresas, contribuíram de forma significativa para o aumento do consumo e para a manutenção da renda, tendo sido os responsáveis pelos bons resultados apresentados pela economia interna no ano de 2008, mesmo diante da crise (LIMA e DEUS, 2013).

Portanto, podemos concluir que o país sofreu os efeitos da crise internacional, mas apresentou recuperação logo em 2009, que pode ser comprovada mediante a análise do PIB que registrou queda neste ano, mas recuperou-se nos anos seguintes. Sendo assim, temos que os países emergentes, não somente o Brasil, não ficaram imunes à crise mundial, mas sofreram menos com ela, tendo apresentado indicadores de crescimento econômico logo nos anos iniciais do pós-crise (LIMA e DEUS, 2013).

Apresentamos na próxima seção a comparação das duas crises apresentadas nas seções anteriores: a taxa de variação anual da inflação entre 1980-1984; a taxa de crescimento real anual do PIB entre 1980 a 1984; o PIB per capita anual segundo a taxa de variação real entre 1980 a 1984; e a dívida externa bruta em relação ao PIB, em valores percentuais, entre 1980 a 1984. Os mesmos dados foram obtidos para o período 2008 a 2014.

4. COMPARAÇÃO DE INDICADORES MACROECONÔMICOS DOS ANOS 1980-1984 E 2008-2014

4.1 Análise do período entre 1980-1984

Como vimos, a década de 1980 ficou conhecida como década perdida. Isso se deve principalmente à grande elevação apresentada pela inflação, ao declínio do PIB e ao aumento da dívida externa durante essa década (HERMANN, 2011; RODRIGUES, 2011).

Os anos 1970, foram marcados pelo grande crescimento da economia brasileira, resultante das políticas de crescimento adotadas pelos governos do momento. No entanto, com as crises do petróleo de 1973 e particularmente com a crise de 1979, o Brasil vivenciou uma queda nas suas exportações, queda no financiamento interno e desequilíbrios significativos em sua economia (RODRIGUES, 2011; MARTINS, 2016).

Nesse sentido, notamos na Tabela 1 abaixo que durante a década de 1980, a inflação brasileira apresentou saltos, principalmente a partir de 1982, com a declaração de moratória da dívida mexicana. Com isso, diante da moratória decretada pelo México, o cenário de instabilidade gerado pelas crises do petróleo, intensificou-se ainda mais no Brasil, já que houve cortes de financiamento externo ao país, mediante o receio dos países desenvolvidos de que o Brasil pudesse vir a declarar também uma moratória de sua dívida (RODRIGUES, 2011).

Tabela 1 - Taxa de variação anual da inflação entre 1980 a 1984 (em %)

Ano	Taxa de variação (%)
1980	99,25
1981	95,62
1982	104,79
1983	164,01
1984	215,26

Fonte: Ipeadata.

Com isso, a inflação apresentou um aumento de 63% em 1983, quando comparado a 1982. Ainda, duplicou entre 1982 e 1984, evidenciando o cenário econômico desfavorável vivenciado pelo país, que fora motivado por três fatores que merecem ênfase: a declaração da moratória mexicana, as restrições impostas pelo FMI para continuar enviando crédito ao Brasil e à queda das exportações brasileiras.

No que diz respeito ao crescimento do PIB brasileiro durante a década de 1980, representado na Tabela 2, notamos que o mesmo apresentou distintas realidades ao longo dos anos 1980, logo após o segundo choque do Petróleo de 1979. Notamos que, em 1980, a taxa de crescimento real do PIB brasileiro foi de 9,23% e pode ser atribuída em grande parte às políticas de crescimento desenvolvimentistas adotadas ainda durante a década de 1970, com ênfase no fim da mesma. Ou seja, o ano de 1980 ainda apresentou crescimento no PIB, como reflexo de políticas econômicas realizadas anteriormente (HERMANN, 2011; RODRIGUES, 2011, MARTINS, 2016).

Nos anos de 1981 e 1983, notamos significativa queda na taxa de crescimento do PIB, em função da queda das exportações brasileiras e dos ajustes impostos pelo FMI à economia brasileira. Já em 1984, a taxa de crescimento do PIB apresentou recuperação, devido ao aumento das exportações brasileiras, mediante a melhora no cenário de crise internacional vivenciado pelos países desenvolvidos (HERMANN, 2011).

Tabela 2 - Taxa de crescimento real anual do PIB – 1980 a 1984 (em %)

Ano	Taxa de crescimento real (%)
1980	9,23
1981	-4,30
1982	0,8
1983	-2,90
1984	5,40

Fonte: IBGE.

Diante do cenário econômico desfavorável da década de 1980, como explicado anteriormente, notamos também que o PIB per capita sofreu queda significativa entre os anos de 1981 e 1983, conforme a Tabela 3 abaixo, exatamente nos anos em que a crise vivenciada pelo Brasil foi mais forte. Ou seja, nos anos de aprofundamento da crise dos anos 1980, temos que o PIB per capita apresentou forte queda, evidenciando a perda de poder aquisitivo da população à época.

Tabela 3 - PIB per capita anual – variação real entre 1980 a 1984 (em %)

Ano	PIB per capita (%)
1980	7,0
1981	-6,3
1982	-1,3
1983	-5,0
1984	3,2

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, 2008.

Em relação à dívida externa brasileira (Tabela 4), notamos o crescimento da mesma durante a década de 1980. A dívida externa cresceu devido aos empréstimos contraídos para financiar o plano desenvolvimentista realizado durante a década de 1970. O aumento dos juros internacionais, devido à segunda crise do petróleo, implicou no aumento da dívida externa brasileira, a qual havia sido contratada a juros flutuantes (HERMANN, 2011; MARTINS, 2016). A dívida externa brasileira atingiu 53,8% em relação ao PIB no ano de 1984, tendo apresentado aumento contínuo desde 1980, conforme podemos observar na Tabela 4 abaixo.

O aumento da dívida externa pode ser relacionado ao aumento da inflação, na medida em que o cenário de instabilidade econômica afeta todos os âmbitos da economia de um país.

Além disso, ambos os fatores se relacionam com a diminuição do PIB durante o mesmo período, já que com a crise internacional em evidência, as exportações brasileiras caíram, os juros internacionais aumentaram devido à crise do petróleo e os ajustes impostos pelo FMI foram de caráter recessivo, o que implicou também na diminuição da atividade econômica (MARTINS, 2016).

Tabela 4 - Dívida externa bruta – valores percentuais em relação ao PIB – 1980 a 1984

Ano	Dívida externa bruta (%)
1980	27,0
1981	28,6
1982	31,5
1983	49,5
1984	53,8

Fonte: Banco Central do Brasil.

Com isso, a década de 1980 representa uma reversão do cenário econômico favorável vivenciado pelo Brasil nos anos 1970. Por isso, ficou conhecida como “década perdida”, já que houve queda na taxa de crescimento do PIB, aceleração da inflação e aumento da dívida externa (HERMANN, 2011).

4.2 Análise do período entre 2008-2014

Já no período mais recente, conhecido pela crise *Subprime*, notamos que a inflação brasileira estava em níveis muito menores do que os apresentados na década de 1980. É importante ressaltar o êxito obtido pelo Plano Real implantado em 1994, que foi capaz de controlar a inflação no país (MARTINS, 2016).

Na Tabela 5 abaixo, observamos que a inflação não se alterou de forma significativa no ano de 2008 e também nos anos subsequentes, evidenciando o fato de que a crise do *Subprime* não afetou fortemente a economia brasileira. Isso pode ser atribuído em grande medida a ferramentas macroeconômicas que foram rapidamente adotadas pelo Brasil, tentando evitar que a crise internacional afetasse o país de forma significativa. Além disso, o país apresentava um *boom* nas exportações, que perdurava há algum tempo e também deixava o Brasil em um cenário mais confortável para passar pela crise internacional (LIMA e DEUS, 2013).

Algumas das ferramentas macroeconômicas adotadas pelo país foram: o aumento da concessão de empréstimos pelo BNDES; a redução da Taxa Selic e a redução do IPI, que visavam incentivar o aumento do consumo e aquecer a economia.

Tabela 5 - Taxa de variação anual da inflação entre 2008 a 2014 (em %)

Ano	Taxa de variação anual da inflação (%)
2008	5,90
2009	4,31
2010	5,91
2011	6,50
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41

Fonte: Ipeadata.

No caso da crise do *Subprime*, o governo brasileiro agiu de forma rápida e eficaz, o que, segundo os autores referidos, foi determinante para que o país passasse de forma menos traumática pela crise de 2008 (OREIRO e BASILIO, 2009; LIMA e DEUS, 2013).

A taxa de crescimento real do PIB entre os anos de 2008 e 2014 é bastante distinta do que notamos nos anos 1980. No período mais recente em que vivenciamos a crise de 2008, conhecida como crise *Subprime*, notamos na Tabela 6 abaixo, que no ano de 2008 o PIB brasileiro ainda apresentou crescimento, com taxa anual de 5,09%, resultado de uma sequência de crescimento nos anos anteriores e em função do excelente resultado obtido pela economia brasileira nesse período, tendo sido fortemente impactado pela crise internacional apenas no ano de 2009, em que apresentou queda de -0,13% no PIB, conforme também apresentado pelo Boletim do Banco Central do Brasil (2008).

A queda do PIB em 2009 pode ser atribuída à redução do crédito externo no Brasil, que reduziu após a diminuição da Selic, o que provocou a fuga de capitais externos. Desse modo, ao reduzir a entrada de fluxos monetários estrangeiros no país, o Brasil enfrentou uma desaceleração econômica (LIMA e DEUS, 2013).

Diante disso, com a reação do governo brasileiro mediante a adoção de políticas macroeconômicas para estimular o consumo e a produção, o Brasil recuperou o ritmo de crescimento do PIB já no ano de 2010, o que pode ser representado pelo aumento real do PIB em 7,53% no ano de 2010. Sendo assim, no ano de 2010 o nível de atividade econômica

apresentou recuperação no país, mesmo com algumas oscilações entre 2011 e 2014, conforme os dados apresentados na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Taxa de crescimento real anual do PIB – 2008 a 2014 (em %)

Ano	Taxa de crescimento real anual (%)
2008	5,09
2009	-0,13
2010	7,53
2011	3,97
2012	1,92
2013	3,00
2014	0,50

Fonte: IBGE.

Estas oscilações na taxa de crescimento do PIB entre 2011 e 2014 podem ser explicadas não somente pelos efeitos causados pela crise de 2008 ocorrida inicialmente nos EUA, mas também por outros fatores que afetaram a economia brasileira, como o fato de que Dilma Rousseff havia assumido seu primeiro mandato como presidente do Brasil em 2010 em um cenário econômico desfavorável à valorização do câmbio, fator que havia sido decisivo para que nos anos anteriores o Brasil tivesse conseguido conciliar inflação baixa com crescimento econômico (MATTOS, 2015).

Além disso, o primeiro mandato do governo Dilma ampliou as transferências de renda, mas o fato de não ter se beneficiado do movimento cambial e também devido à instabilidade financeira mundial que fora gerada pela crise de 2008, o Brasil começou a enfrentar dificuldades para manter seu ritmo de crescimento nos anos posteriores a 2010. A partir de 2011, a equipe econômica decidiu diminuir a expansão do crédito, fato que desestimulou o consumo, e aplicou medidas ajuste fiscal que impactaram diretamente na diminuição da demanda agregada, com efeitos sobre os níveis de investimentos, que culminaram na desaceleração econômica ocorrida do país. Tudo isso sobre um ambiente de instabilidade gerado pela grande oposição instaurada na grande imprensa contra o governo, que criticava fortemente as medidas de contenção de gastos implementadas. Sendo assim, a economia desacelerou o ritmo de crescimento a partir de 2010 (MATTOS, 2015).

Em relação ao ano de 2008 e os anos subsequentes analisados neste trabalho, notamos na Tabela 7 abaixo, que o PIB per capita apresentou forte redução no ano de 2009, tendo

passado de 4% em 2008 para 1,1% em 2009, o que representa também a desaceleração econômica sofrida pelo país, impactado principalmente neste ano pela crise internacional conhecida como crise *Subprime*.

No entanto, notamos rápida recuperação do PIB per capita no ano de 2010 e, redução com algumas oscilações, nos anos posteriores. Sendo assim, podemos notar que apesar do país passar pela crise de 2008 em uma situação mais favorável, diante das políticas macroeconômicas adotadas, que visaram aumentar o consumo e incentivar a produção da economia interna, o PIB per capita apresentou redução nos anos subsequentes à crise, evidenciando uma diminuição de poder de aquisitivo da população no período, visto que quanto maior o PIB per capita, maior tende a ser o nível de riqueza econômica de uma nação (RIPSA, 2008).

Tabela 7 - PIB per capita anual – variação % real entre 2008 a 2014

Ano	PIB per capita anual (%)
2008	4,0
2009	1,1
2010	6,5
2011	3,1
2012	1,0
2013	2,1
2014	0,3

Fonte: IBGE.

Notamos que não houve alteração significativa do nível de dívida externa entre 2008 e 2014 (Tabela 8).

Tabela 8 - Dívida externa bruta – valores percentuais em relação ao PIB – 2008 a 2014

Ano	Dívida externa bruta (%)
2008	12,0
2009	12,2
2010	12,0
2011	11,8
2012	13,3
2013	12,7
2014	14,4

Fonte: Banco Central do Brasil.

Desta forma, compreendemos que, além de não sofrer os impactos da crise externa como sofreu na década 1980, a economia brasileira também não sofreu com aumento da dívida externa em 2008, devido ao fato de a mesma estar controlada. Além disso, no período, a dívida externa líquida do país era negativa, o que também ajudou o país a se recuperar de forma rápida, além de apresentar inflação controlada desde a implantação do Plano Real e PIB estável. Apesar de haver uma fuga de capitais no início de 2008, os mesmos retornaram rapidamente ao Brasil, até mesmo como resultado da elevação da Taxa Selic (LIMA e DEUS, 2013).

Esses dados evidenciam que durante a década de 1980 houve uma reversão do cenário econômico favorável vivenciado pelo Brasil nos anos 1970. Por isso, essa década ficou conhecida como “década perdida”, uma vez que houve queda na taxa de crescimento do PIB, aceleração da inflação e aumento da dívida externa (HERMANN, 2011). Já após a crise do *Subprime* de 2008, notamos que a economia brasileira não sofreu grandes impactos gerados pela crise internacional e, isso se deve, ao fato de que dívida externa bruta do país naquele momento estava controlada, o que ajudou o país a se recuperar de forma rápida, além de apresentar inflação controlada no período e um PIB estável. Sendo assim, apesar de haver uma fuga de capitais no início de 2008, os mesmos retornaram rapidamente ao Brasil, até mesmo como resultado da elevação da Taxa Selic (LIMA e DEUS, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo notamos que, apesar de ser conhecida por década perdida em termos econômicos, com altas taxas de inflação e dívida externa, a década de 1980 apresentou avanços

políticos significativos em relação à conquista do regime democrático no país, que foi instaurado em 1985. Desta forma, seria incorreto no sentido geral, apresentar o período como sendo uma década perdida, já que caso isso seja feito, estaríamos limitando as conquistas políticas da década somente às questões econômicas.

Porém, este estudo se concentrou em avaliar as alterações ocorridas nos indicadores econômicos do período. A análise destes indicadores mostra que o país dobrou a taxa de inflação no início da década de 1980, tendo sido negativo o PIB nos anos de 1981 e 1983, evidenciando o período de recessão econômica enfrentado. O PIB per capita foi negativo entre os anos de 1981 e 1983, representando uma perda de poder aquisitivo para a população em geral. Além disso, a dívida externa mais que duplicou entre 1980 e 1984, devido principalmente aos empréstimos contraídos no exterior, que financiaram o processo de substituição de importações no país. Com isso, temos que a crise da dívida provocada principalmente devido ao segundo choque do petróleo, implicou em desequilíbrios severos sobre a economia brasileira e que seguiram nos anos posteriores à mesma. Sendo assim, em resumo, a década de 1980 apresentou alguns indicadores macroeconômicos que retratam momentos de crise, como queda do PIB, aumento da inflação e aumento da dívida externa.

Já em relação à crise *Subprime*, iniciada em 2007 nos EUA e disseminada para o mundo em 2008, notamos que o Brasil apresentou uma recuperação bem mais rápida. Neste caso, entre 2008-2014 o Brasil apresentava uma inflação controlada, fato que ocorria desde a implantação do real em 1994 e que foi mantido durante a crise econômica de 2008 e nos anos posteriores. Apesar de apresentar um PIB negativo em 2009, logo após o ápice da crise, o Brasil já apresentou elevação do mesmo em 2010, com reduções seguidas nos anos posteriores. No entanto, a queda no PIB após 2010 pode ser atribuída a outros fatores, como a instabilidade política e as medidas de contenção de gastos realizadas pela gestão atual à época. O mesmo movimento pode ser observado em relação ao PIB per capita, que diminuiu em 2009, aumentou em 2010 e traçou uma trajetória de queda que oscilou entre 2011 e 2014. Ao passo que, a dívida externa manteve-se controlada no período pós-crise de 2008, não tendo sido alterada em função das oscilações mundiais.

O enfrentamento e a reação do Brasil em relação à crise de 2008 se deveu às medidas rápidas que foram adotadas pelo Banco Central e Governo Federal, que consistiram em um aumento de gastos do governo, isenção de tributos em algumas áreas, ampliação de investimentos em programas de infraestrutura. Portanto, todas essas medidas visavam auxiliar na retomada do nível de atividade econômica do país, através do aumento do consumo das famílias. Por isso, o país enfrentou e se recuperou desta crise de forma rápida.

Para concluir, é importante destacar que o país não estava imune contra a crise internacional, no entanto, sofreu consequências menores pela rápida ação executada, ao contrário do que foi visto durante a década de 1980.

6. REFERÊNCIAS

ANNIBAL, C.; LUNDBERG, E.; KOYAMA, S. M. Crise de 2008 e as mudanças no mercado de crédito. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Brasília, p. 37 - 52, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual 2008. A Economia Brasileira. Brasília, p. 15 – 41, 2008.

CAVALCANTE, J. B. Além da “década perdida”: Avanços e conquistas dos anos 80. **Rev. Diálogos**. São Paulo, n. 15, p. 39-48, 2016.

FARHI, M.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P.; CINTRA, M. A. M. A crise e os novos desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Rev. Economia Política**. São Paulo, v. 29, n.1, p. 135-138, 2009.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa, In. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Local de publicação: ELSEVIER, 2011. Cap.4, 73-95.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SCN – SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS**. [2010]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 04 jan. 2022.

IPEADATA. **Macroeconômico**. [2021]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 04 jan. 2022.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**. Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

MARTINS, M. N. Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro da década perdida à abertura comercial. **Rev. de Ciências Sociais e Humanas**. Piracicaba – SP, v.26, n. 67, p. 99-111, 2016.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85 p. 69-85, 2015.

OREIRO, J. L. C.; BASILIO, F. A. C. A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira *à la* Minsky. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 146-148, 2009.

ORNETTO, A. M. H., FURTUOSO, M. C. O; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Rev. Saúde Pública.** São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995.

PEREIRA, L. C. B. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. **Rev. Economia Política.** São Paulo, v.24, n. 4, p. 638-646, 2004.

PEREIRA, L. C. B. A crise financeira de 2008. **Rev. Economia Política.** São Paulo, v. 29, n.1, p. 133-149, 2009.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA). **Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações.** [2008]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/CapituloB.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

RODRIGUES, O. **A contribuição dos grandes economistas brasileiros para a compreensão da década de oitenta ou década perdida.** 2011. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, INSPER, São Paulo, 2011.